



UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
COSEAC - COORDENAÇÃO DE SELEÇÃO ACADÊMICA
PMM - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
EDITAL Nº 1/2018



Leia atentamente todas as informações da Capa do Caderno de Questões antes de começar a Prova.

TIPO DE PROVA

Z

De acordo com o subitem 7.15.13 do Edital, cabe ao candidato conferir se a letra do **TIPO DE PROVA** constante em seu Cartão de Respostas corresponde a letra do **TIPO DE PROVA** desse Caderno de Questões recebido. Caso haja qualquer divergência, o candidato deverá, imediatamente, informar ao Fiscal de Sala e solicitar a substituição do Caderno de Questões.

O Cartão de Respostas será corrigido de acordo com o gabarito do **TIPO DE PROVA** constante no seu Cartão de Respostas.

Cargo: **CONTADOR**

NÍVEL:
SUPERIOR II

CADERNO DE QUESTÕES

Instruções ao candidato

(Parte integrante do Edital – subitem 13.2)

- Ao receber este **Caderno de Questões**, confira se o cargo indicado é aquele para o qual você está concorrendo, se não for notifique imediatamente ao Fiscal. Você será responsável pelas consequências se fizer a Prova para um cargo diferente daquele a que concorre.
- Além deste **Caderno de Questões**, você deverá ter recebido o **Cartão de Respostas** e a **Folha de Redação**.
- Verifique se constam deste Caderno, de forma legível, **50 questões objetivas**, a proposta da **Prova de Redação** e espaços para rascunho. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Confira seus dados com os que aparecem no **Cartão de Respostas** e na **Folha de Redação**. Se eles estiverem corretos, assine o **Cartão de Respostas** e leia atentamente as instruções para seu preenchimento. Caso contrário, notifique imediatamente ao Fiscal.
- Em hipótese alguma haverá substituição do **Caderno de Questões**, do **Cartão de Respostas** ou da **Folha de Redação** se você cometer erros ou rasuras durante a prova.
- Sob pena de eliminação do concurso, não é permitido fazer uso de instrumentos auxiliares para cálculos ou desenhos, ou portar qualquer material que sirva de consulta ou comunicação. Da mesma forma, não é permitido fazer registros na **Folha de Redação** que possibilite a identificação do candidato.
- A **Folha de Redação** será desidentificada pelo Fiscal na sua presença.
- Cada questão objetiva apresenta cinco opções de respostas, sendo apenas uma delas a correta. No **Cartão de Respostas**, para cada questão, assinale apenas uma opção, pois será atribuída pontuação zero à questão da Prova que contiver mais de uma ou nenhuma opção assinalada, emenda ou rasura.
- O tempo disponível para você fazer esta Prova (Prova Objetiva e Prova de Redação), incluindo o preenchimento do **Cartão de Respostas**, é de quatro horas e trinta minutos.
- Colabore com o Fiscal, na coleta da impressão digital.
- Use somente caneta esferográfica de corpo transparente e de ponta média com tinta azul ou preta para preencher o **Cartão de Respostas** e fazer a **Prova de Redação**. Não é permitido uso de lápis mesmo que para rascunho.
- Terminando a prova, entregue ao Fiscal o **Cartão de Respostas** assinado e a **Folha de Redação**. A não entrega desse material implicará a sua eliminação no Concurso.
- Somente será permitido na última hora que antecede ao término da Prova levar o **Caderno de Questões**.

Após o aviso para o início da prova, você deverá permanecer no local de realização da mesma por, no mínimo, noventa minutos.

TÓPICO: Língua Portuguesa

Texto 1

DOMÍCIO DA GAMA

Domício da Gama (Domício Afonso Forneiro, adotou do padrinho o Gama), jornalista, diplomata, contista e cronista, nasceu em Maricá, RJ, em 23 de outubro de 1862 e faleceu no Rio de Janeiro, RJ, em 8 de novembro de 1925. Foi um dos dez acadêmicos eleitos na sessão de 28 de janeiro de 1897, para completar o quadro de fundadores da Academia. Escolheu Raul Pompeia como patrono, ocupando a cadeira nº 33. Foi recebido na sessão de 1º de julho de 1900, por Lúcio de Mendonça.

Fez estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Politécnica, mas não chegou a terminar o curso. Seguiu para o estrangeiro em missões diplomáticas. A sua primeira missão foi a de secretário do Serviço de Imigração, e o contato, nessa época, com o Barão do Rio Branco, valeu-lhe ser nomeado secretário da missão Rio Branco para a questão de limites Brasil-Argentina (1893-1895), com a Guiana Francesa (1895-1900) e com a Guiana Inglesa (1900-1901). Foi secretário de Legação na Santa Sé, em 1900, e ministro em Lima, em 1906. Embaixador em missão especial, em 1910, representou o Brasil no centenário da independência da Argentina e nas festas centenárias do Chile. Embaixador do Brasil em Washington, de 1911 a 1918, foi o digno sucessor de Joaquim Nabuco, por escolha do próprio Barão do Rio Branco. Ao celebrar-se a paz europeia de Versalhes, Domício, como ministro das Relações Exteriores, pretendeu representar o Brasil naquela conferência, propósito que suscitou divergências na imprensa brasileira. Convidado para a mesma embaixada, Rui Barbosa recusou, e o chefe da representação brasileira foi, afinal, Epiácio Pessoa, eleito pouco depois, em seguida à morte de Rodrigues Alves, presidente da República. Domício foi substituído na Chancelaria por Azevedo Marques, seguindo como embaixador em Londres, em 1920-21. Foi posto em disponibilidade durante a Presidência Bernardes.

Em 1919 foi Presidente da Academia Brasileira de Letras, em substituição a Rui Barbosa.

Domício da Gama era colaborador da Gazeta de Notícias ao tempo de Ferreira de Araújo e, ainda no início da carreira, escreveu contos, crônicas e críticas literárias.

Texto editado. Disponível em:
<http://www.academia.org.br/academicos/domicio-da-gama/biografia>. Acesso em: 10 jul.2018.

01 Na biografia do maricaense, dentre os recursos coesivos apresentados a seguir, aquele que foi utilizado para manter o foco em “Domício da Gama” é:

- (A) o pronome possessivo: “A sua primeira missão...” (linha 14).
- (B) o pronome demonstrativo: “...nessa época...” (linha 15).
- (C) o pronome apassivador: “Ao celebrar-se a paz europeia de Versalhes...” (linha 27).
- (D) o adjetivo: “...por escolha do próprio Barão do Rio Branco.” (linhas 26-27).
- (E) a conjunção: “Escolheu Raul Pompeia como patrono...” (linha 8).

02 No trecho “... pretendeu representar o Brasil naquela conferência, propósito que suscitou divergências na imprensa brasileira” (linhas 29-31), a forma verbal “suscitou” pode ser substituída, sem alterar o sentido, por:

- (A) reduziu.
- (B) **provocou.**
- (C) encerrou.
- (D) avivou.
- (E) aumentou.

03 Considerando os fragmentos “Foi um dos dez acadêmicos eleitos na sessão de 28 de janeiro de 1897, para completar o quadro de fundadores da Academia” (linhas 5-7) e “Seguiu para o estrangeiro em missões diplomáticas” (linhas 13-14), pode-se afirmar que, em cada ocorrência, a preposição “para” significa, respectivamente:

- (A) na hipótese de e com o propósito de.
- (B) na condição de e com a finalidade de.
- (C) com o propósito de e na condição de.
- (D) com destino a e na hipótese de.
- (E) **com a finalidade de e com destino a.**

04 O conectivo sublinhado no período “Fez estudos preparatórios no Rio de Janeiro e ingressou na Escola Politécnica, mas não chegou a terminar o curso.” (linhas 11-13) pode ser substituído, sem alterar seu sentido, por:

- (A) portanto.
- (B) porquanto.
- (C) enquanto.
- (D) **entretanto.**
- (E) contanto.

05 Na Reforma Ortográfica de 2009, deixou de receber acento gráfico a seguinte palavra:

- (A) europeia. (linha 27)
- (B) posto. (linha 37)
- (C) francesa. (linha 19)
- (D) cronista. (linha 3)
- (E) Academia. (linha 7)

Texto 2

CÔNSUL!

Domício da Gama

No café de Londres, às onze horas da noite. Chove desabridamente. Entre a zoadada dos aguaceiros, que lavam a rua, ouvem-se raros passos apressados de transeuntes invisíveis na sombra. A espaços um ronco 5 rápido e surdo, como um rufo de tambor molhado, assinala a passagem de um guarda-chuva por baixo do jorro de uma goteira que transborda. Corre um sopro 10 glacial de tédio e desconforto pelo café profusamente iluminado, em que já pouca gente resta. O silêncio só é quebrado pelo ruído dos talheres e da conversa de três rapazes cavaqueando numa ceia econômica ao fundo. O homem do contador cochila. Sentado a uma mesinha, em frente ao prato vazio, em que um osso descarnado de galinha comemora a passagem de uma canja, está 15 um homem que cisma sobre um jornal.

GAMA, Domício. Apud SANDANELLO, F. B. Domício da Gama e o impressionismo literário no Brasil. São Luís, MA: EDUFMA, 2017. p. 169.

06 “Sentado a uma mesinha, em frente ao prato vazio, em que um osso descarnado de galinha comemora a passagem de uma canja, está um homem que cisma sobre um jornal.” (linhas 12-15). Pode substituir a expressão sublinhada, sem alteração do sentido:

- (A) revela uma canja apenas desejada.
- (B) festeja uma canja deliciosa.
- (C) indica uma canja já terminada.
- (D) denuncia uma canja rala.
- (E) comprova uma canja bem-feita.

07 No trecho do conto de Domício da Gama, são características da predominância do tipo textual descritivo:

- (A) verbos no modo indicativo e períodos curtos: “O homem do contador cochila.” (linha 12).
- (B) verbos no presente e farta adjetivação: “...um ronco rápido e surdo, como um rufo de tambor molhado, assinala a passagem...”, (linhas 4-6).

(C) verbos na voz passiva e numerosas expressões nominais: “O silêncio só é quebrado pelo ruído dos talheres e da conversa de três rapazes...” (linhas 9-11).

(D) verbos impessoais e expressões adverbiais: “No café em Londres, às onze horas da noite. Chove desabridamente.” (linhas 1-2).

(E) verbos de ação e nominalizações: “Corre um sopro glacial de tédio e desconforto...” (linhas 7-8).

08 Em “Entre a zoadada dos aguaceiros, que lavam a rua, ouvem-se raros passos apressados de transeuntes invisíveis na sombra” (linhas 2-4), a oração sublinhada:

- (A) tematiza a descrição.
- (B) indica as circunstâncias da chuva.
- (C) identifica a zoadada.
- (D) centraliza a ação do período.
- (E) qualifica os aguaceiros.

09 Em “...ouvem-se raros passos apressados de transeuntes invisíveis na sombra” (linhas 3-4), o verbo ouvir está no plural para:

- (A) indicar a indeterminação do sujeito.
- (B) mostrar a inexistência do sujeito.
- (C) concordar com o sujeito da voz passiva.
- (D) retomar o sujeito “aguaceiros”.
- (E) revelar o ser que pratica a ação.

10 “A espaços um ronco rápido e surdo, como um rufo de tambor molhado, assinala a passagem de um guarda-chuva por baixo do jorro de uma goteira que transborda.” (linhas 4-7). A expressão sublinhada é classificada como:

- (A) hipérbole.
- (B) metáfora.
- (C) metonímia.
- (D) personificação.
- (E) comparação.

TÓPICO: Raciocínio Lógico e Noções de Informática

11 Num sorteio concorrem bilhetes numerados de 1 a 500. Foi sorteado um bilhete e foi dada a informação de que saiu um número múltiplo de 5. A probabilidade de o número sorteado ser o 150 é:

- (A) 20%.
- (B) 15%.
- (C) 10%.
- (D) 5%.
- (E) 1%.

12 A sequência:

34(6)17 81(27)9 150(30)15 85(?)17

obedece a uma determinada lei de formação. O número que está faltando e que completaria a sequência pela mesma regra é:

- (A) 22.
- (B) 15.
- (C) 16.
- (D) 12.
- (E) 10.

13 O sistema de emplacamento de automóveis de certa cidade é composto de três letras seguidas de quatro algarismos. O número de placas que podem ser produzidas de modo que as três letras sejam vogais é:

- (A) 3 750 000.
- (B) 2 000 000.
- (C) 1 500 000.
- (D) 1 250 000.
- (E) 1 000 000.

14 A negação lógica da afirmação condicional “se Maria vai ao cinema, então Antônio fica triste” é:

- (A) se Maria vai ao cinema, Antônio não fica triste.
- (B) se Maria não vai ao cinema, então Antônio não fica triste.
- (C) se Antônio fica triste, então Maria vai ao cinema.
- (D) Maria vai ao cinema, ou Antônio não fica triste.
- (E) Maria vai ao cinema, e Antônio não fica triste.

15 Um caminhoneiro, com velocidade constante de 80 km/h, percorreu uma certa distância em 10 dias, viajando 6 horas por dia. Se repetir o mesmo percurso, com velocidade constante de 60 km/h, viajando 5 horas por dia, ele levará:

- (A) 18 dias.
- (B) 15 dias.
- (C) 16 dias.
- (D) 14 dias.
- (E) 12 dias.

16 Suponha que o usuário abriu uma pasta contendo seis arquivos no Windows 7. Ele selecionou com o mouse o primeiro e o quinto arquivos, mantendo a tecla shift apertada. Em seguida, ainda com os arquivos previamente selecionados (sem largar a tecla shift), o usuário apertou a tecla de deleção e confirmou a mensagem de deleção que apareceu em seguida. Nessas condições:

- (A) todos os cinco arquivos selecionados foram transferidos temporariamente para a lixeira.
- (B) todos os cinco arquivos selecionados foram transferidos e definitivamente apagados da lixeira.
- (C) somente o primeiro arquivo foi transferido temporariamente para a lixeira.
- (D) somente o primeiro arquivo e o quinto arquivo selecionados foram transferidos temporariamente para a lixeira.
- (E) nenhum dos cinco arquivos selecionados foram transferidos para a lixeira, permanecendo na pasta de origem.

17 No sistema de redes que suporta a Internet, a rede principal pela qual os dados de todos os clientes da Internet trafegam é conhecida por:

- (A) webmail.
- (B) gateway.
- (C) firewall.
- (D) DNS.
- (E) backbone.

18 Considere uma planilha no MS Excel 2016 em que a célula A1 esteja com o valor 5. Em seguida é pressionada a tecla CTRL e arrastado o mouse, ao mesmo tempo, com a alça de preenchimento até a célula A5. O valor contido na célula A4 é:

- (A) 8.
- (B) 9.
- (C) 7.
- (D) 6.
- (E) 5.

19 Na Coluna I estão dispostos alguns conceitos de *hardware*. Estabeleça a correta correspondência com seus significados, conforme apresentado na Coluna II.

Coluna I

1. Padrão de barramento de alta velocidade
2. Padrão de interface para dispositivo de armazenamento
3. Memória de acesso aleatório
4. Memória não volátil
5. Local onde são executadas as instruções de um programa no microcomputador

Coluna II

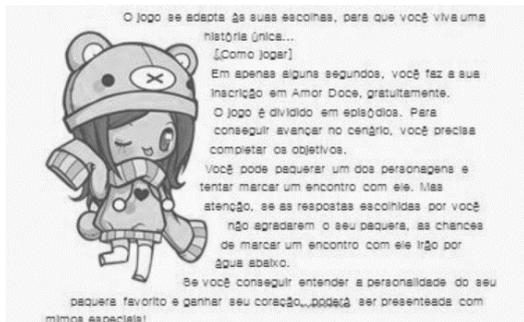
- () RAM
- () AGP
- () SATA
- () ROM
- () CPU

A sequência correta, de cima para baixo, é:

Espaço reservado para rascunho

- (A) 3, 1, 5, 4 e 2.
- (B) 3, 5, 1, 4 e 2.
- (C) 3, 1, 2, 4 e 5.
- (D) 4, 1, 2, 3 e 5.
- (E) 4, 2, 1, 3 e 5.

20 No MS Word 2016 deseja-se fazer com que um texto digitado circunde uma figura em um documento, conforme ilustrado abaixo.



Para isso, seleciona-se no grupo organizar da guia *layout* o recurso:

- (A) agrupar.
- (B) alinhar.
- (C) girar.
- (D) **quebra de texto automática.**
- (E) painel de seleção.

TÓPICO: Conhecimentos Específicos

21 Na contabilidade do setor público existem despesas que não foram processados na época própria, como aquelas cujo empenho tenha sido considerado insubsistente e anulado no encerramento do exercício correspondente, mas que, dentro do prazo estabelecido, o credor tenha cumprido sua obrigação. Com relação a este tipo de despesa, é correto afirmar:

- (A) o seu reconhecimento cabe exclusivamente à Procuradoria do Município.
- (B) é uma Despesa de Exercício Anterior.
- (C) é idêntica aos Restos a Pagar com prescrição interrompida.
- (D) constitui Restos a Pagar processado com inscrição no exercício.
- (E) constitui Restos a Pagar não processado com inscrição no exercício.

22 Com vigência estabelecida para o período de 2007 – 2020, o Fundeb, caracterizado como fundo especial de natureza contábil, de âmbito estadual (um fundo por Estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), teve sua implantação iniciada em 1º de janeiro de 2007 e concluída em 2009. Destina-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua condigna remuneração.

Com relação ao Fundeb, é correto afirmar que:

- (A) os valores destinados à formação do Fundeb deverão ser registrados patrimonialmente como variação patrimonial diminutiva (VPD), e orçamentariamente como dedução da receita orçamentária realizada.
- (B) os recursos transferidos ao fundo ficarão contabilizados na contabilidade do estado, na forma de caixa ou equivalente de caixa.
- (C) os recursos do fundo, em nenhuma hipótese e em nenhum montante, poderão ser utilizados em exercício distinto daquele em que forem creditados.
- (D) os fundos têm como agente financeiro a Caixa Econômica Federal.
- (E) as receitas que compõem a base de cálculo do Fundeb (impostos e transferências constitucionais e legais) deverão ser registradas contabilmente pelos seus valores líquidos.

23 A Parceria Público-Privada (PPP) é uma modalidade especial de contrato administrativo de concessão de serviço público, com eventual execução de obras ou fornecimento de bens. A PPP se diferencia da concessão comum por envolver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado e repartição de riscos entre as partes. Com relação à contabilização de uma PPP, é correto afirmar que:

- (A) os componentes da contraprestação paga pelo concedente ao concessionário, ativo e serviços,

devem ser identificáveis em conjunto e alocados pelo valor histórico.

- (B) o valor justo dos ativos da concessão inclui os valores referentes aos investimentos e aos montantes de outros componentes, como operação e manutenção.
- (C) a mensuração inicial dos ativos da concessão deve ser feita a valor de reposição.
- (D) a mensuração inicial dos ativos da concessão deve ser feita a valor justo.
- (E) a mensuração inicial dos ativos da concessão deve ser feita a valor de aquisição.

24 O conceito de operação de crédito foi estabelecido de forma exemplificativa pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). As obrigações financeiras internas ou externas assumidas em decorrência da captação de recursos por meio da emissão de títulos públicos constituem o seguinte tipo de operação de crédito:

- (A) via derivativos.
- (B) mobiliária.
- (C) de mútuo financeiro.
- (D) contratual.
- (E) arrendamento mercantil.

25 Aos servidores titulares de cargos efetivos dos entes da Federação é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas. As operações realizadas entre órgãos e demais entidades da Administração Pública integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social (OFSS) do mesmo ente federativo recebem a seguinte denominação:

- (A) transferências vinculadas.
- (B) transferências desvinculadas.
- (C) receitas afetadas.
- (D) Intraorçamentárias.
- (E) extraorçamentárias.

26 A dívida ativa é o conjunto de créditos tributários e não tributários em favor da Fazenda Pública, não recebidos no prazo para pagamento definido em lei ou em decisão proferida em processo regular.

Com relação aos aspectos contábeis da dívida ativa, é correto afirmar:

- (A) também é conhecida como dívida pública.
- (B) é uma fonte potencial de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no passivo.
- (C) é uma fonte firme de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no ativo.
- (D) é uma fonte firme de fluxos de caixa e é reconhecida contabilmente no passivo.
- (E) apenas deve ser inscrito pelo órgão ou entidade competente, após apuração de certeza e liquidez.

27 Os Precatórios são requisições de pagamento contra a Fazenda Pública decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, disciplinados pelo art. 100 da Constituição Federal de 1988.

Com relação aos aspectos contábeis dos precatórios em regime especial, a opção correta é:

- (A) quando o ente tiver constituído a provisão, antes de efetuar os lançamentos específicos relativos aos precatórios, tal provisão deverá ser baixada em contrapartida à obrigação de moratória, jamais por meio de sua reversão.
- (B) no pagamento do precatório do município pelo Tribunal de Justiça, o ente deverá baixar o ativo em contrapartida à redução do saldo contábil da conta especial.
- (C) nos casos em que o ente (município) não pertença à esfera do Tribunal de Justiça, não haverá qualquer registro contábil pelo Tribunal de Justiça.
- (D) no momento do trânsito em julgado da sentença, o município deverá reconhecer a variação patrimonial aumentativa (VPA) por competência em contrapartida ao reconhecimento do passivo referente ao precatório.
- (E) a contabilização dos precatórios em regime especial dar-se-á da mesma forma nos municípios e nos estados e Distrito Federal.

28 Os consórcios públicos são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, conforme o artigo 241 da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007.

Com relação aos aspectos contábeis dos consórcios públicos, é correto afirmar:

- (A) os bens móveis ou imóveis recebidos em doação não configuram recursos de consórcios públicos.
- (B) o contrato de rateio é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais (LOA).
- (C) no consórcio público, os recursos recebidos deverão ser classificados como despesa orçamentária vinculada.
- (D) cada ente da Federação consorciado consignará em sua lei de diretrizes orçamentárias (LDO), por meio de programações específicas, dotações suficientes para suportar as despesas com transferências a consórcio público.
- (E) a critério do gestor do programa, é permitida a aplicação dos recursos entregues por meio de contrato de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

29 A contabilidade aplicada ao setor público (CASP) foi estruturada, no Brasil, com foco no registro dos atos e fatos relativos ao controle da execução orçamentária e financeira. Constitui objetivo do PCASP:

- (A) permitir o detalhamento das contas contábeis, a partir do nível mínimo estabelecido pelas IFRS, de modo que possa ser adequado às peculiaridades de cada ente.
- (B) contribuir para a transparência da gestão tributária e para o controle judicial.
- (C) permitir a consolidação nacional das contas públicas.
- (D) atender à administração direta e à administração indireta dos três Poderes.
- (E) associar os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

30 As contas contábeis do PCASP são identificadas por códigos com 7 níveis de desdobramento, compostos por 9 dígitos. O grupo de 2º nível "Transferências e Delegações Concedidas" está inserido na seguinte classe de 1º nível:

- (A) Variação Patrimonial Diminutiva.
- (B) Variação Patrimonial Aumentativa.
- (C) Passivo e Patrimônio Líquido.
- (D) Controles da Execução do Planejamento e Orçamento.
- (E) Ativo.

31 Os atributos da conta contábil são características próprias que as distinguem de outras contas do plano de contas. Os atributos podem ser decorrentes de conceitos teóricos, da lei ou do sistema operacional utilizado. O atributo conceitual representado pela estrutura numérica que identifica cada uma das contas que compõem o plano de contas, é denominado:

- (A) Título.
- (B) Natureza do Saldo.
- (C) Indicador.
- (D) Função.
- (E) Código.

32 As obrigações correlatas a despesas orçamentárias empenhadas, liquidadas ou não, que ainda não foram pagas representam um(a):

- (A) passivo patrimonial.
- (B) passivo orçamentário.
- (C) conta devedora de natureza patrimonial.
- (D) passivo financeiro.
- (E) conta devedora de natureza orçamentária.

33 O registro contábil no Plano de Contas do Setor Público deve ser feito pelo método das partidas dobradas e os lançamentos devem debitar e creditar contas que apresentem a mesma natureza de informação. Assim, os lançamentos estarão fechados dentro das classes 1 a 4, ou das classes 5 e 6, ou das classes 7 e 8. Com relação aos lançamentos de natureza orçamentária, é correto afirmar que eles apenas debitam e creditam contas das classes:

- (A) 1, 2, 3 e 4.
- (B) 1 e 2.
- (C) 5 e 6.
- (D) 3 e 4.
- (E) 7 e 8.

34 Cada unidade que realize a gestão de recursos públicos deverá ser responsável pelo acompanhamento, análise e consistência dos registros e saldos das contas contábeis, bem como os reflexos causados nos respectivos demonstrativos. A análise pode ser realizada, também, por meio do balancete.

Com relação às análises e verificações de consistência, a opção correta é:

- (A) no caso de contas que tenham saldo apenas devedor ou credor, de acordo com sua natureza, a apresentação de saldo invertido pode representar a execução de uma operação indevida.
- (B) uma escola de ensino básico, cuja atividade fim é educação, que apresente, em seu ativo imobilizado, saldo na conta "Aeronaves", provavelmente realizou uma classificação invertida.
- (C) não devem ser analisadas as contas que apresentem saldos com valores irrisórios, ou sem movimentação por um longo período, em virtude do princípio da irrelevância.
- (D) com relação à existência de saldos em contas contábeis descritas como "Outros(as)", é recomendável que os registros nessas contas sejam limitados a 15% do total do grupo.
- (E) com relação à existência de saldos em contas contábeis descritas como "Outros(as)", é recomendável que os registros nessas contas sejam limitados a 20% do total do grupo.

35 As Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) são compostas pelas demonstrações enumeradas pela Lei nº 4.320/1964, pelas demonstrações exigidas pela NBC T 16. 6 – Demonstrações Contábeis e pelas demonstrações exigidas pela Lei Complementar nº 101/2000. Existe uma demonstração contábil, que é usual nas S.A., que NÃO integra o elenco das DCASP. Trata-se da demonstração:

- (A) dos Saldos Orçamentários.
- (B) dos Fluxos de Caixa.
- (C) das Variações Patrimoniais.
- (D) das Mutações do Patrimônio Líquido.
- (E) do Valor Adicionado.

36 O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. A conta analítica "Inversões Financeiras" integra a conta sintética:

- (A) "Receitas de Capital" no quadro principal.
- (B) "Receitas de Capital" no quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados.
- (C) "Operações de Crédito" no quadro principal.
- (D) "Operações de Crédito" no quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados.
- (E) "Despesas de Capital" no quadro da Execução de Restos a Pagar Não Processados.

37 A dotação inicial somada aos créditos adicionais abertos ou reabertos durante o exercício de referência e às atualizações monetárias efetuadas após a data da publicação da LOA, deduzidos das respectivas anulações e cancelamentos é demonstrada na seguinte coluna do Quadro Principal:

- (A) Previsão Inicial.
- (B) Previsão Atualizada.
- (C) Dotação Atualizada.
- (D) Despesas Liquidadas.
- (E) Despesas Empenhadas.

38 O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. No Balanço Financeiro, os ingressos de recursos relativos a consignações em folha de pagamento, fianças e cauções, constituem:

- (A) Transferências Financeiras Recebidas.
- (B) Recebimentos Extraorçamentários.
- (C) Transferências Financeiras Concedidas.
- (D) Pagamentos Extraorçamentários.
- (E) Despesas Orçamentárias Vinculadas.

39 Algumas operações podem interferir na elaboração do Balanço Financeiro, como, por exemplo, as retenções. Dependendo da forma como as retenções são contabilizadas, os saldos em espécie podem ser afetados. Se o ente considerar a retenção como paga no momento da liquidação, então deverá promover um ajuste no saldo em espécie a fim de demonstrar que há um saldo vinculado a ser deduzido. Entretanto, se o ente considerar a retenção como paga apenas na baixa da obrigação, nenhum ajuste será promovido. Dessa forma, eventuais ajustes relacionados às retenções, bem como outras operações que impactem significativamente o Balanço Financeiro, deverão ser evidenciados:

- (A) nos Lançamentos Especiais.
- (B) na Execução do Orçamento.
- (C) em Variações Patrimoniais.
- (D) em Notas Explicativas.
- (E) em Ajustes Patrimoniais.

40 O Balanço Patrimonial permite análises diversas acerca da situação patrimonial da entidade, como sua liquidez e seu endividamento, dentre outros. Os valores a receber por fornecimento de bens, serviços, créditos tributários, dívida ativa, transferências e empréstimos e financiamentos concedidos realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis representam:

- (A) **Créditos a Curto Prazo.**
- (B) Provisões a Curto Prazo.
- (C) Obrigações Fiscais a Curto Prazo.
- (D) Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo.
- (E) Caixa e Equivalentes de Caixa.

41 Nas DCASP existe um Demonstrativo que tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, esta demonstração não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas de alguns elementos contábeis do ente público. Trata-se do seguinte demonstrativo:

- (A) **Demonstração das Variações Patrimoniais.**
- (B) Demonstração da Evolução Patrimonial.
- (C) Demonstração da Evolução Analítica do Patrimônio.
- (D) Balanço Sintético.
- (E) Balanço Patrimonial.

42 A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades. As despesas referentes à aquisição de ativos não circulantes e às concessões de empréstimos e financiamentos representam:

- (A) Ingressos de Investimento.
- (B) **Desembolsos de Investimento.**
- (C) Ingressos das Operações.
- (D) Desembolsos de Financiamento.
- (E) Desembolsos das Operações.

43 A DMPL complementa o Anexo de Metas Fiscais (AMF), integrante do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Na DMPL os valores acrescidos ao patrimônio que NÃO transitaram pelo resultado como variações patrimoniais aumentativas representam:

- (A) Resultados Acumulados.
- (B) Reservas de Lucros.
- (C) **Reservas de Capital.**
- (D) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- (E) Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

44 Existe um processo de agregação dos saldos das contas de mais de uma entidade, excluindo-se as transações recíprocas, de modo a disponibilizar os macroagregados do setor público, proporcionando uma visão global do resultado. Esse processo denomina-se:

- (A) ajuste intragovernamental periódico.
- (B) ajuste intragovernamental flutuante.
- (C) ajuste intergovernamental periódico.
- (D) **consolidação das demonstrações contábeis.**
- (E) ajuste intergovernamental flutuante.

45 Ao contrário do que ocorre no setor privado, a maior parte das variações patrimoniais aumentativas (VPA) das entidades do setor público decorrem de transações sem contraprestação. Com relação a essas transações, é correto afirmar:

- (A) **quando necessário que haja gasto relativo à consecução do recebimento de recursos sem contraprestação, tais gastos devem ser contabilizados como custos relacionados à respectiva receita.**
- (B) para o reconhecimento tempestivo e confiável dos créditos, é necessária a integração do setor de arrecadação com o setor de fiscalização.
- (C) os recebedores de ativos transferidos devem considerar se essas transferências são, em essência, recebimento postergado.
- (D) o ativo obtido por meio de uma transação sem contraprestação deverá ser inicialmente mensurado pelo seu valor de face na data de aquisição.
- (E) a entidade deve constituir ajuste para perdas de créditos relativos a despesas de exercícios anteriores.

46 As obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto, constituem o que se denomina:

- (A) ajustes diminutivos.
- (B) ativos contingentes.
- (C) **provisões.**
- (D) contingências ativas.
- (E) passivos contingentes.

47 Os estoques no setor público são ativos na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos no processo de produção; bem como na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou empregados na prestação de serviços; ou ainda, mantidos para venda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda. Com relação aos aspectos relativos aos estoques, o custo que a entidade incorreria para adquirir o mesmo ativo na data da demonstração contábil denomina-se:

- (A) realizável líquido.
- (B) realizável justo.
- (C) histórico.
- (D) corrente de reposição.
- (E) corrente de liquidação.

48 A entidade deverá aplicar o princípio geral de reconhecimento para todos os ativos imobilizados no momento em que os custos são incorridos, incluindo os custos iniciais e os subsequentes. Antes de efetuar a avaliação ou mensuração de ativos, faz-se necessário o reconhecimento do bem como ativo. O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é reconhecido inicialmente com base:

- (A) nos critérios contábeis de referência.
- (B) nas suas características de uso para a entidade.
- (C) na experiência dos técnicos da entidade.
- (D) na comparação histórica de ativos equivalentes.
- (E) no valor de aquisição, produção ou construção.

49 A avaliação patrimonial é a atribuição de valor monetário a itens do ativo e do passivo decorrentes de julgamento fundamentado em consenso entre as partes e que traduza, com razoabilidade, a evidenciação dos atos e dos fatos administrativos. Com relação aos aspectos relativos à avaliação e mensuração de ativos e passivos, é correto afirmar que:

- (A) mensuração é a sugestão de valor monetário para itens do ativo e do passivo decorrente da aplicação de procedimentos de comparação cambial.
- (B) perda por desvalorização é o montante pelo qual o valor contábil de um ativo ou de unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.
- (C) valor de aquisição é a diferença entre o preço de compra de um bem e os gastos suportados direta ou indiretamente para colocá-lo em condição de uso.
- (D) reavaliação é a adoção do valor de referência para os bens do ativo.
- (E) influência significativa é o poder de uma entidade do setor público participar nas decisões de políticas financeiras e operacionais de outra entidade que dela receba recursos financeiros a qualquer título ou que represente participação acionária, sem controlar de forma absoluta essas políticas.

50 O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão. As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. As informações financeiras e não financeiras, que são capazes de influenciar significativamente o cumprimento dos objetivos da elaboração e da divulgação da informação contábil, evidenciam possuir o seguinte atributo:

- (A) verificabilidade.
- (B) tempestividade.
- (C) representação fidedigna.
- (D) compreensibilidade.
- (E) relevância.

PROVA DE REDAÇÃO

Texto 1

RESISTÊNCIA À URBANIZAÇÃO NA RESTINGA DE MARICÁ – RJ

A área em questão é uma grande restinga entre a laguna de Maricá e o mar, com o ecossistema bastante preservado, e está localizada numa região de grande atração turística do estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, a propriedade está contida numa Área de Preservação Ambiental estadual, a APA de Maricá e, ainda, abriga a comunidade tradicional de pescadores de Zacarias. Trava-se no momento um debate e um conflito socioambiental sobre a futura utilização do território da APA.

Texto editado. Disponível em: http://lemetro.ifcs.ufrj.br/resistencia_desiree.pdf

Texto 2

JUSTIÇA DÁ SINAL VERDE PARA O PORTO DE MARICÁ

por Brunna Condini

Uma decisão favorável do Tribunal Regional Federal (TRF), da 2ª região, garantiu a continuidade do processo de licenciamento do Porto de Maricá, o empreendimento portuário Terminais Ponta Negra, que será instalado na Praia de Jaconé, entre Maricá e Saquarema, na Região dos Lagos. (...)

Esse impasse, que foi parar na Justiça, gira em torno do reconhecimento do valor arqueológico, paisagístico e cultural dos *beachrocks* (formações rochosas) da região de Jaconé. O Ministério Público do Rio de Janeiro havia conseguido liminar pedindo suspensão da emissão de licença ambiental por conta das rochas. No entanto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) concedeu o seu “nada a opor” à instalação do empreendimento, não reconhecendo os *beachrocks* como patrimônio. E o Inea também declarou, em documento, que sugere a concessão da licença de instalação.

Texto editado. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/03/5523388-justica-da-sinal-verde-para-o-porto-de-marica.html>

Proposta de Redação

As polêmicas em torno de empreendimentos que possam prejudicar o meio ambiente são frequentes. Por um lado, a necessidade de desenvolvimento social e econômico esbarra em possíveis agressões à natureza; por outro, a necessidade de preservação ambiental esbarra em possível estagnação da geração de empregos e do progresso. O recente crescimento do município de Maricá tem gerado esse tipo de discussão.

Em um texto dissertativo-argumentativo de 20 a 25 linhas, defenda um ponto de vista sobre seguinte tema:

“POLÊMICA AMBIENTAL: ENTRE PRESERVAR E DESENVOLVER”

O texto deve ser escrito na modalidade culta da língua portuguesa e apresentar, de maneira clara e encadeada, argumentos consistentes que viabilizem a progressão das ideias, atentando para a coesão e a coerência.

5

10

15

20

25

RASCUNHO